

É dando que não se recebe

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

O governo Fernando Henrique Cardoso está correndo o risco de acabar entronizado, em posição de destaque, na longa galeria brasileira das grandes oportunidades perdidas. O presidente deve a sua espetacular vitória eleitoral, em 1994, ao sucesso dos estágios iniciais do programa de estabilização. Obteve mandato claro para persistir na trilha da estabilização, inclusive na adoção de medidas complementares que se fizessem necessárias ao seu sucesso continuado.

A inépcia do diagnóstico dos economistas do principal candidato de oposição, de que o programa de estabilização não se sustentaria, foi fator decisivo na definição da vitória no primeiro turno. A essa vitória seguiu-se um período de complacência e de périplos presidenciais pouco justificáveis, em detrimento da necessária discussão do que seria o efetivo teor do programa de reformas e da tripulação requerida para levá-lo à frente de forma a assegurar o sucesso de longo prazo do programa de estabilização.

Após um brilhante segundo trimestre de 1995, quando o presidente foi capaz de mobilizar o seu prestígio político pessoal e obteve diversos avanços na reforma da ordem econômica da Constituição, os resultados têm sido crescentemente desalentadores e, na semana passada, tornaram-se francamente preocupantes. O argumento da expediência política tem sido brandido reiteradamente pelo governo, ao defender, junto a seus críticos, negociações com políticos fisiológicos.

Ganhou corpo a estapafúrdia ideia de que ao governo cabia limitar a amplitude das suas propostas ao Legislativo com base na avaliação da capacidade de absorção de sua base política do Congresso. Era como que se fosse admitido que não havia plano, e que o governo iria tão longe quanto lhe permitissem as resistências percebidas nas franjas da sua coalizão parlamentar. Viabilizar as reformas, isto é, minimizar a distância entre o desejável e o possível, passou a exigir a distribuição de benesses aos parlamentares capazes de demonstrar maior relutância em ter um comportamento aceitável sem contrapartida na forma de cargos, empregos, ou outros mimos que o governo possa prover.

Até mesmo as pífias versões das reformas estruturais, que haviam resultado de composições com os setores mais fisiológicos da coalizão governamental, estão sendo refugadas por um Congresso que supera as expectativas mais pessimistas quanto à resistência à mudança e a falta de percepção das limitações orçamentárias em face dos diversos compromissos financeiros do governo.

A proposta de reforma que já correspondia, com boa vontade, a uns 20% do que seria necessário para tornar a Previdência solvente a longo prazo, foi estraçalhada pela santa aliança entre a oposição de esquerda ao governo e a fisiologia em ação na coalizão governamental. O governo, novato na prática do é dando que se recebe, acabou descobrindo que, às vezes, nem mesmo dando é possível receber. A pretensa ampliação de sua maioria parlamentar, que decorreria da minirreforma ministerial, resultou na perda de votos. Alguma coisa não vai bem com a aritmética política do Planalto.

As próprias dúvidas que marcam o exercício da liderança política do presidente parecem aprofundar a sensação de que o governo, atordoado, perdeu a iniciativa. O que parece perigoso é que as dúvidas governamentais quanto ao acerto de suas políticas parecem ter perdido o foco. Há amplo espaço para preocupação quanto às dificuldades para aprovação de reformas necessárias à contenção do déficit público, peça crucial para o sucesso da estabilização em bases sustentadas.

O que se vê é o risco da concentração das atenções governamentais na pretensa inadequação da ação pública no terreno social e na necessidade de manutenção de altas taxas de crescimento. Não se discute que o Brasil é um país em que a pobreza é agravada pela iníqua distribuição de renda e pela vergonhosa ineficácia das políticas públicas. Mas o governo não pode pretender concentrar recursos na solução desses males no curto prazo sem comprometer a obtenção do seu objetivo maior que é a estabilização.

O presidente demonstrou virtudes de estadista ao escolher, quando ministro da Fazenda, um objetivo principal, a estabilização da moeda, e consagrar a sua escolha como a da maioria do eleitorado. Ilustrou, exemplarmente, o mote “governar é escolher”. Seria preocupante que a esta altura da partida fraquejasse na sua firme resolução de propósitos. O resultado final poderia ser o pior dos mundos: persistência de iniquidade social, agravada pelo retorno da inflação. Apesar da balbúrdia das cassandras o governo deve persistir na defesa da estabilização como objetivo prioritário. Isso significa, no médio prazo, a mobilização de todos os recursos políticos à sua disposição, inclusive a recomposição de alianças, para reverter a deterioração das contas públicas.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.